

A colónia romana de *Pax Iulia*

Balanço de um percurso de investigação (2000–2021)

Maria da Conceição Lopes¹

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,
Universidade de Coimbra

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_5

RESUMO

Nas últimas duas décadas, os estudos sobre *Pax Iulia* (Beja) conheceram uma evolução considerável, especialmente na arqueologia urbana. Partindo do trabalho académico “A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de *Pax Iulia*”, defendido em 2000 e publicado em 2003, este artigo propõe um balanço crítico dessa trajectória. Discute-se a passagem de um quadro fragmentário – centrado em achados casuais e debates sobre estatuto jurídico – para um modelo que articula escavações programadas, arqueogeografia e história da forma urbana em longa duração. Destaca-se o contraste entre o avanço do conhecimento da cidade, impulsionado pelo projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”, e a estagnação relativa no mundo rural, apesar das intervenções do Alqueva.

PALAVRAS-CHAVE

Pax Iulia; arqueogeografia; fábrica urbana; *civitas*; Beja.

ABSTRACT

In the last two decades, studies on *Pax Iulia* (Beja) have experienced a remarkable progress, particularly in urban archaeology. Building on the doctoral thesis “A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de *Pax Iulia*”, defended in 2000 and published in 2003, this article offers a critical overview of this trajectory. It discusses the shift from a fragmented framework – focused on casual finds and legal status debates – to a model integrating programmed excavations, archaeogeography, and the history of urban form over the long-term. A striking contrast between the advancement of knowledge about the city, driven by the “Archeology of the Cities of Beja” project, and the relative stagnation in the rural world, despite the interventions in Alqueva.

KEYWORDS

Pax Iulia; archaeogeography; urban fabric; *civitas*; Beja.

¹ ORCID iD: [0000-0003-4489-8601](https://orcid.org/0000-0003-4489-8601); conlopes@ci.uc.pt

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, os estudos dedicados à cidade de Beja, a antiga *Pax Iulia*, conheceram um desenvolvimento particularmente significativo, traduzido numa profunda renovação do conhecimento sobre a sua génese, evolução e dinâmicas urbanas. Este avanço resulta, sobretudo, da intensificação da arqueologia urbana no centro histórico da cidade e da adoção de novos quadros teóricos e metodológicos, que permitiram ultrapassar leituras fragmentárias e paradigmas historiográficos.²

Este progresso, contudo, não se verificou de forma homogénea entre a cidade e o território. Enquanto o espaço urbano de Beja foi objeto de trabalhos arqueológicos integrados num projeto de investigação continuada, conduzindo a uma verdadeira rutura epistemológica no entendimento da cidade romana, o território rural (apesar de intensamente intervencionado no âmbito dos trabalhos associados à barragem do Alqueva) produziu resultados essencialmente parcelares.

Relativamente ao período pré-romano, particularmente às necrópoles, as escavações do Alqueva trouxeram dados novos como a Necrópole dos 5 Reis [ARRUDA, 2016] e a Necrópole da Vinha das Caliças [ARRUDA et al., 2016], mas estes nunca foram tratados numa dimensão associada

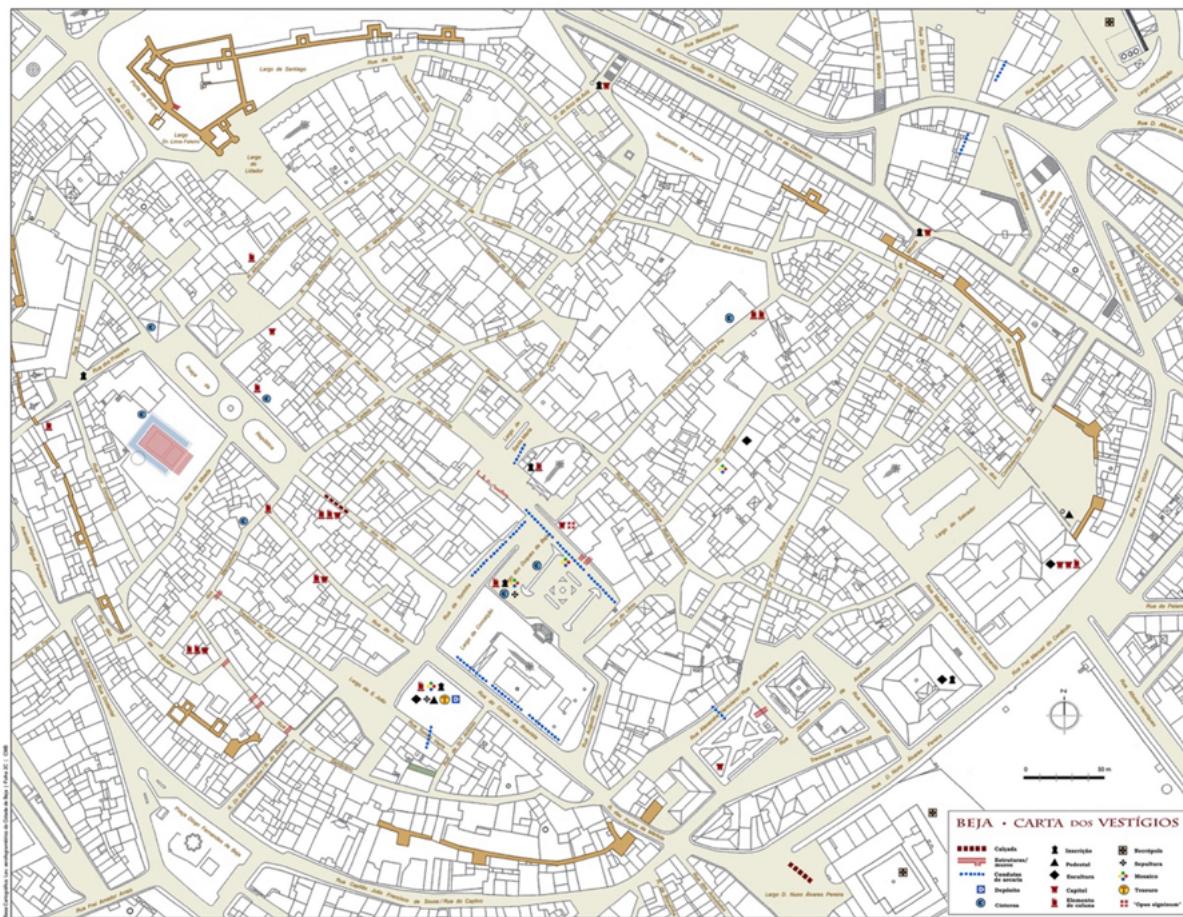


Figura 1. Cidade de Beja.

2 Metodologicamente organizado de acordo com o princípio da arqueologia urbana como laboratório interdisciplinar, o trabalho arqueológico visou tanto recuperar e registrar dados como apreender e analisar as dinâmicas de longa duração dos objectos arqueológicos, partindo para análises periodizadas apenas nos casos em que isso se afigurava possível.

ao oppidum. Em nenhuma circunstância esses dados alteraram de forma substantiva o modelo interpretativo do povoamento rural proposto em *A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de Pax Iulia*, publicada em 2003 [LOPES, 2003], que aqui tomamos como ponto de partida para realizar um balanço crítico da evolução dos estudos sobre a cidade de Beja, sublinhando a assimetria entre a profunda renovação do conhecimento urbano e a relativa estagnação interpretativa do território.

Nessa altura, o conhecimento assentava sobre tudo em descrições repetidas de época moderna e contemporânea, em achados dispersos e em algumas sínteses de conjunto sobre a epigrafia e as *villae* da região [ENCARNAÇÃO, 1984] [ALARÇÃO, 1987, 1988] [GORGES, 1990]. O debate historiográfico concentravase, em grande medida, nas questões da data de fundação e do estatuto jurídico da colónia, com base nas emissões monetárias PAX IVLIA e na epigrafia, deixando na penumbra a análise integrada da forma urbana e das paisagens agrárias [FARIA, 1997] [MANTAS, 1996].

Desde então, a investigação avançou em duas frentes principais. Por um lado, o estudo do território rural da *civitas*, desenvolvido entre meados da década de 1990 e a defesa da tese, permitiu propor um modelo coerente de organização agrária, povoamento e articulação com as redes viárias regionais [LOPES, 2003]. Por outro, o arranque, em 1997, de escavações sistemáticas na cidade, no quadro do projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”, abriu uma nova fase no conhecimento da forma urbana, em particular da área do fórum, possibilitando uma leitura de longa duração do processo de construção de *Pax Iulia* [LOPES, 2010, 2018, 2021] [LOPES e SIMI, 2024].

Assumindo a *civitas* como um corpo híbrido de espaços e tempos, e mobilizando os instrumentos da arqueogeografia e da análise morfológica, este artigo propõe um balanço crítico da evolução dos estudos sobre *Pax Iulia* entre 2000 e 2021 e demonstrar que os avanços recentes resultam

menos do simples acréscimo de dados do que da mudança de paradigma metodológico, particularmente no que respeita à leitura integrada da cidade, à revisão do período romano-republicano e à superação do modelo de fundação *ex-nihilo* em época augustana. O caso do espaço do *forum* será utilizado como eixo central, na medida em que condensa, num único lugar elementos que permitem operacionalizar estudos sobre dinâmica espaço-temporal do processo de construção da cidade de Beja.

Os estudos sobre Beja até ao início do século XXI: estado da questão

O conhecimento da história da cidade de Beja até finais do século XX foi detalhadamente descrita na publicação que nos serve de referência [LOPES, 2003, pp. 19-30]. Este assentava num conjunto limitado de dados arqueológicos, fortemente condicionado pela natureza pontual das intervenções e pela predominância de leituras historiográficas baseadas em fontes literárias e achados avulsos. A interpretação dominante sustentava que *Pax Iulia* teria sido uma fundação romana *ex-nihilo*, criada em época augustana, com estatuto de *colonia civium Romanorum* e função de capital do *conventus Pacensis*.

Abel Viana, durante as décadas de 1940 e 1950, foi o grande conhecedor e divulgador da arqueologia da região de Beja. A ele se deve o registo sistemático de todas as informações relativas ao património em geral e à arqueologia em particular. A sua atenção incidiu tanto em vestígios de que teve conhecimento direto no seu tempo, como naqueles que anteriormente se haviam publicado ou de que havia conhecimento. Nos inúmeros artigos que publicou, sobretudo na revista Arquivo de Beja, divulgou achados avulsos sem qualquer tipo de seleção cronológica e cultural, resultados de escavações feitas por si ou em que participara, bem como informações que, aqui e ali, ia recolhendo.

Paralelamente, publicou os manuscritos de Félix Caetano da Silva, *História das Antiguidades da Cidade de Beja* [VIANA, 1948, 1949], os dados que sobre arqueologia retirou da obra do Bispo Frei Manuel do Cenáculo [VIANA, 1946] e compilou e republicou praticamente toda a informação de natureza arqueológica que, sobretudo no final do século XIX, se dispersou por notas mais ou menos breves no jornal *O Bejense*, e onde se relatava o aparecimento de um grande número de vestígios, surgidos em consequência da política de grandes alterações da fisionomia da cidade de Beja, no século XIX e que haviam de conduzir à destruição total ou parcial de alguns edifícios e monumentos seculares. Ao mesmo tempo, investigou nos arquivos locais, publicando, devidamente comentadas, as transcrições do Tombo Velho da Misericórdia, do da Igreja de S. João e do de Nossa Senhora da Graça, entre outra documentação relativa à longa vida da cidade. Os vestígios encontrados na cidade mereceram a atenção de vários autores [ENCARNAÇÃO, 1984; ALARCÃO, 1988], as questões relacionadas com a data de fundação, estatuto e plano urbanístico originaram, também elas, uma extensa bibliografia.

A bibliografia relativa às origens da ocupação no local onde se encontra a cidade de Beja insistiu fundamentalmente, até muito recentemente, numa origem romana. Foram dessa opinião Jorge de Alarcão [ALARCÃO, 1988] e Vasco Mantas [MANTAS, 1990]. Opinião contrária tinham Félix Caetano da Silva, Frei Manuel do Cenáculo e Fernando Nunes Ribeiro.

Esta leitura encontrava respaldo na tradição historiográfica, que sempre referia a fundação anterior aos romanos, mas com dados tão fantasiosos, que nunca forma tomados como credíveis. Na ausência, então reconhecida, de contextos arqueológicos anteriores à fundação romana no interior da cidade a própria designação *Pax Iulia* foi frequentemente interpretada como indício maior de um ato fundacional político e simbólico associado à pacificação augustana da

Lusitânia. As referências de Estrabão [GEOG, III, 2, 2] reforçaram esta perspetiva, que permaneceu amplamente aceite ao longo de grande parte do século XX.

Foi no pulsar dos argumentos de uns e outros que a questão se manteve até que, a partir das escavações da década de 1980 a arqueologia forneceu testemunhos inequívocos de uma ocupação anterior aos romanos.

No que respeita à data de fundação da cidade e ao seu estatuto, esgrimiram-se propostas alternativas. Para uns, uma fundação de César; para outros, uma fundação de Octaviano ou de Augusto. A questão do estatuto da cidade animava um debate onde se esgrimiam enfaticamente argumentos a favor do estatuto de colónia logo a partir do momento de fundação ou avançando a atribuição desse estatuto para data posterior.

Da forma e organização da cidade, dispúnhamos de propostas de reconstituição da estrutura urbana e de alguns dos seus equipamentos, feitas com base em vestígios encontrados na cidade e complementados com outros fornecidos por análise estereoscópica de fotogramas [LOPES, 2003, pp.14-20] [MANTAS, 1996a, pp. 19-21].

As escavações realizadas nesse período, em particular as conduzidas por Abel Viana, constituíram um marco fundamental para o conhecimento arqueológico de Beja. Pela primeira vez foram identificadas estruturas, contextos e materiais que confirmavam a importância da cidade romana e permitiam reconhecer elementos monumentais do espaço urbano. Contudo, a informação produzida, embora absolutamente estruturante, permanecia fragmentada e dificilmente articulável num modelo global da cidade, em grande medida devido aos condicionalismos metodológicos e institucionais próprios da época.

No que respeita ao território, a situação era ainda mais evidente. O conhecimento do povoamento rural romano e tardo-antigo da região de Beja era extremamente lacunar, baseado sobretudo em referências dispersas e achados isolados. A tese de 2003 propôs, pela primeira vez, um mode-

lo interpretativo coerente para esse território, identificando padrões de ocupação, hierarquias de assentamento e dinâmicas de transformação na longa duração, apontando a emergência de um padrão de povoamento disperso e de formas de reduzida dimensão, de tipo casal, a partir da Antiguidade Tardia.

Metodologia e mudança de paradigma: a arqueologia urbana como laboratório interdisciplinar

Partindo da constatação da extrema fragmen-
tação das informações então disponíveis sobre
a cidade e o território, bem como da tendência
para privilegiar a discussão do estatuto jurídico
e da data de fundação em detrimento da análise
articulada entre formas urbanas, paisagens rurais
e dinâmicas sociais, os trabalhos mais recentes
sobre a cidade de Beja organizaram-se metodolo-
gicamente de acordo com o princípio da arqueo-
logia urbana entendida como laboratório inter-
disciplinar.

A investigação arqueológica deixou de limitar-
-se à recuperação e ao registo de dados, passan-
do a privilegiar a compreensão das dinâmicas de
longa duração dos objectos arqueológicos, recor-
rendo a análises periodizadas apenas nos casos em
que tal se revelou metodologicamente pertinente.

Este paradigma implicou que a observação dos
objectos e do espaço arqueológico se realizasse
em estreita conjugação com a análise planimétri-
ca, tendo como objectivo central a compreensão
da dinâmica permanente dos fenómenos urbanos,
expressa através de modalidades de transfor-
mação e de transmissão das formas, avaliadas em
diversas escalas espaço-temporais. O plano da
cidade actual foi, assim, entendido simultanea-
mente como suporte cartográfico de base e como
produto complexo de heranças e de organizações
sobrepostas.

Defendeuse que a *civitas* não é uma coisa, nem
sequer apenas um espaço, mas um contexto
complexo onde se reconhecem vários espaços –

sóciopolítico, políticoadministrativo, sóciocul-
tural, económico, de cultivo, etc. – cada um deles
com a sua própria escala temporal (o tempo da
sua construção) e os seus ritmos de funciona-
mento [LOPES, 2003, pp. 16–17]. Esta concep-
ção implica deslocar o foco da mera definição de
fronteiras jurídicas para o estudo das interacções
entre esses espaços, bem como para as articula-
ções que os ligam em diversas escalas.

Esta posição ancoravase numa reflexão mais
ampla sobre a relação entre tempo e espaço,
retomando a ideia de que “toda a experiência é
simultaneamente inscrita no espaço e no tempo”
e de que o espaço pode ser entendido como
expressão da memória do tempo, “tempo soli-
dificado”, em particular no duplo processo sedi-
mentação/erosão que a arqueologia observa nas
estratificações antropizadas [FICHES E VAN
DER LEEUW, 1990, p. 505; LOPES, 2003, p.
17], mas também naquele que desencadeia as
transformações e transmissões. A compreensão
do funcionamento da *civitas* dependeria, assim,
da capacidade de mobilizar todo o tipo de docu-
mentação – arqueológica, paisagística e escrita
– para ler os processos perceptivos e cognitivos
que estruturam a relação entre as comunidades
humanas e o meio, numa perspectiva próxima
da “apropriação da natureza” proposta por Inglot
[INGLOT, 1987] [LOPES, 2003, p. 17].

Neste enquadramento, a adopção da arqueo-
geografia e da análise da morfologia urbana como
ferramentas centrais representou uma ruptura
com leituras estritamente periodistas e estrati-
grafistas que tendiam a isolar a “cidade romana”
e a considerar as fases posteriores como meros
filtros para alcançar a pureza formal da colónia
[LOPES, 2021, pp. 117–118].

Neste contexto, o contributo de G. Chouquer
revelou-se decisivo. A análise morfológica, assen-
te na planimetria e na leitura das formas urbanas
da cidade de Beja, na longa duração, permitiu
inventariar sistematicamente os elementos dispo-
níveis para uma futura história da fábrica urbana
e forneceu instrumentos teóricos e metodológi-

cos fundamentais para a compreensão do processo de construção da cidade na longa duração [CHOUQUER, 2012]. Este trabalho constituiu um suporte essencial para a integração dos dados arqueológicos numa leitura coerente do espaço urbano, ultrapassando abordagens estritamente historicistas e periodistas e preconcebidas sobre as formas urbanas uma vez que forma urbana de Beja passou a ser lida a partir da expressão em planta das realidades urbanas tal como se inscrevem no parcelário e na cartografia contemporânea, tomando estes documentos como fontes a pleno título e não como simples imagens ideológicas a refutar *a priori* [CHOUQUER, 1996; CHOUQUER, 2012, p. 66].

A cidade romana de Beja deixou de ser uma camada associada a um quadro político-administrativo cuja evolução se vinculava a factos históricos reconhecidos [LOPES, 2003, pp. 16–18].

Esta opção metodológica exigiu protocolos de trabalho rigorosos, de tipo arqueogeográfico: selecção crítica da cartografia (militar, cadastral e urbana), controlo das escalas e das deformações, aplicação de filtros direcionais às tramas parcelares, confrontação sistemática com a estratigrafia arqueológica e com a documentação histórica, e verificação em campo das hipóteses formuladas no gabinete [LOPES, 2003, p. 119–121; 2021, p. 117–121].

No meio rural, a mesma grelha de leitura foi aplicada à discussão das supostas centuriações de *Pax Iulia*. Sem negar a importância estrutural da *limitatio* na organização agrária romana, criticou-se o reconhecimento de “cadastros” apenas com base em figuras geométricas na cartografia actual e insistiu-se na articulação entre orientações, periodicidade, isoclinização e dados arqueológicos, em consonância com as reservas metodológicas formuladas pela escola arqueogeográfica francesa [FAVORY, 1991, 1996] [CHOUQUER, 1996] [LOPES, 2003, pp. 269–276]. Este posicionamento levou a pôr em causa os cadastros A e B propostos por Mantas para o território de *Pax Iulia*, cuja argumentação não se considerou

compatível com as exigências mínimas de uma análise morfológica robusta [MANTAS, 1990, 1996] [LOPES, 2003, pp. 269–276].

Os trabalhos posteriores de Cédric Lavigne [LAVIGNE, 2006] e Magalli Watteaux [WATTEAUX, 2011], questionam as evidências morfológicas utilizadas por Mantas e por Gorges para definir as grelhas cadastrais romanas na região e destacam que muitas das formas que pareciam romanas são, na verdade, resultado de processos de colonização agrária muito mais recente, dando respaldo à discussão das supostas centuriações de *Pax Iulia*.

O território rural de *Pax Iulia*: novos dados, modelos antigos

O trabalho de prospecção sistemática desenvolvido até 2000 permitiu identificar uma rede densa de estabelecimentos rurais – *villae*, *vici*, casais – articulados com os principais eixos viários que convergiam sobre *Pax Iulia*, traçando um quadro de organização agrária e de povoamento que punha em relação o interior da *civitas* com os corredores de circulação para o Sado, o Guadiana e o Guadalquivir [LOPES, 2003, pp. 147–151 & pp. 269–275]. A partir da cartografia dos sítios e da análise das suas funções e cronologias, tornou-se possível propor um modelo em que a cidade se assumia como pólo de concentração de excedentes, enquadrando um espaço rural diversificado, marcado por diferentes tipos de exploração e por ritmos desiguais de integração no sistema romano.

As intervenções arqueológicas motivadas pela construção da barragem do Alqueva e do sistema de regadio conexo e, mais genericamente, pelo crescimento da arqueologia de acompanhamento na região, a partir do início do século XXI, acrescentaram alguns poucos sítios aos já conhecidos e publicados. Contudo, a natureza parcelar destas intervenções, condicionadas por contextos preventivos e por áreas de escavação limitadas, não permitiu uma reformulação estrutural do perfil interpretativo do território. Os dados agora

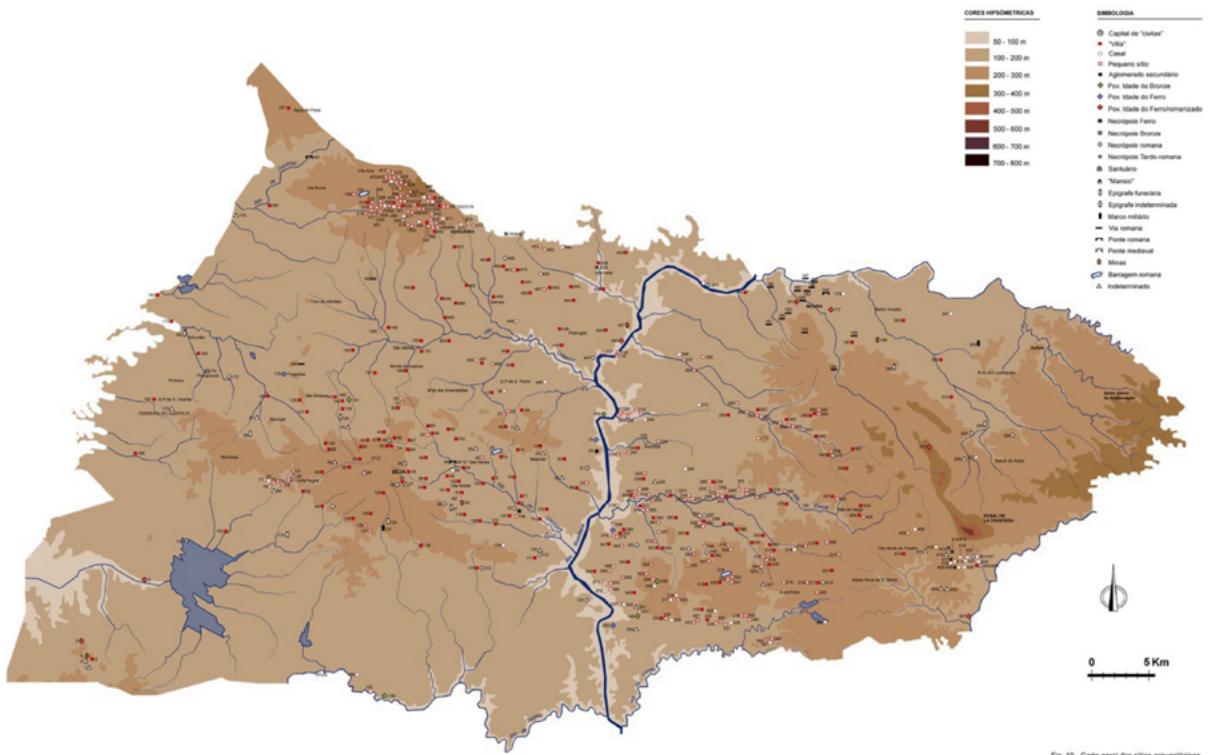


Figura 2. O território de *Pax Iulia* [LOPES, 2003].

conhecidos não alteram as propostas apresentadas na tese de 2003, tanto no que respeita à organização do povoamento como às dinâmicas de transformação, acompanhando a observação de um processo de retracção do edificado rural na Antiguidade Tardia. Assim, apesar do acréscimo quantitativo de informação, o impacto interpretativo destes trabalhos permanece relativamente limitado.

Esta estagnação relativa do conhecimento contrasta com a enorme dinamização que se verifica no estudo da cidade. Revela também os limites de um modelo de produção de dados arqueológicos centrado no registo acrítico e na dimensão patrimonialista da gestão administrativa do património arqueológico, mais preocupada em saber se existe alguma coisa do que se preocupar em compreender a existência dessa mesma “coisa”, o que raramente se traduz na construção de conhecimento e apenas valoriza achados excepcionais (escolhidos). Se, por um lado, se dispõe hoje de um inventário muito mais vasto de sítios e de contextos rurais, por outro, a ausência de projectos especificamente concebidos

para problematizar o mundo agrário à escala da *civitas* impede que essa massa de dados se traduza numa história renovada das paisagens rurais de *Pax Iulia*.

O Projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”

Em contraste com o espaço extra-muros, a cidade de Beja foi palco, nas últimas duas décadas, de um conjunto de intervenções arqueológicas, particularmente de acompanhamento, sem qualquer enquadramento ou relação espacial com a cidade. Algumas delas, como aquelas, realizadas no quadro do programa Polis ViverBeja, de 2003, que implicou muitos trabalhos na cidade e, particularmente incidiu na remodelação e revalorização da histórica Praça da República, um ponto nevrálgico da cidade. Sobre as escavações na Praça da República, onde D. Manuel I mandou construir uns banhos e uma fonte, e onde em 2003 se puseram à mostra pavimentos de argamassa, muros romanos e um mosaico “encontrado um pavimento deste tipo [opus

tesselatum] na Praça da República em Beja, talvez um dos pavimentos mais antigos da civitas de Pax Julia”³ não há, como para muitas das intervenções na cidade, relatórios apresentados à tutela ou publicações que detalhem e enquadrem esses achados. Portanto, independentemente da importância do recolhido, essas escavações não forneceram dados com espessura que permita a sua integração nos estudos do espaço urbano, nem se posicionaram numa estratégia de investi-

gação continuada, possibilitando a integração dos dados num discurso urbano coerente⁴.

A inversão das lógicas de abordagem da cidade de Beja que iniciámos nas últimas décadas do século XX, reagindo a uma arqueologia com um programa de escavações em pontoschave da malha intramuros, concebidos desde o início como laboratório para articular arqueologia com arqueogeografia, combinando análises, métodos, abordagens teóricas e propostas interpretativas,

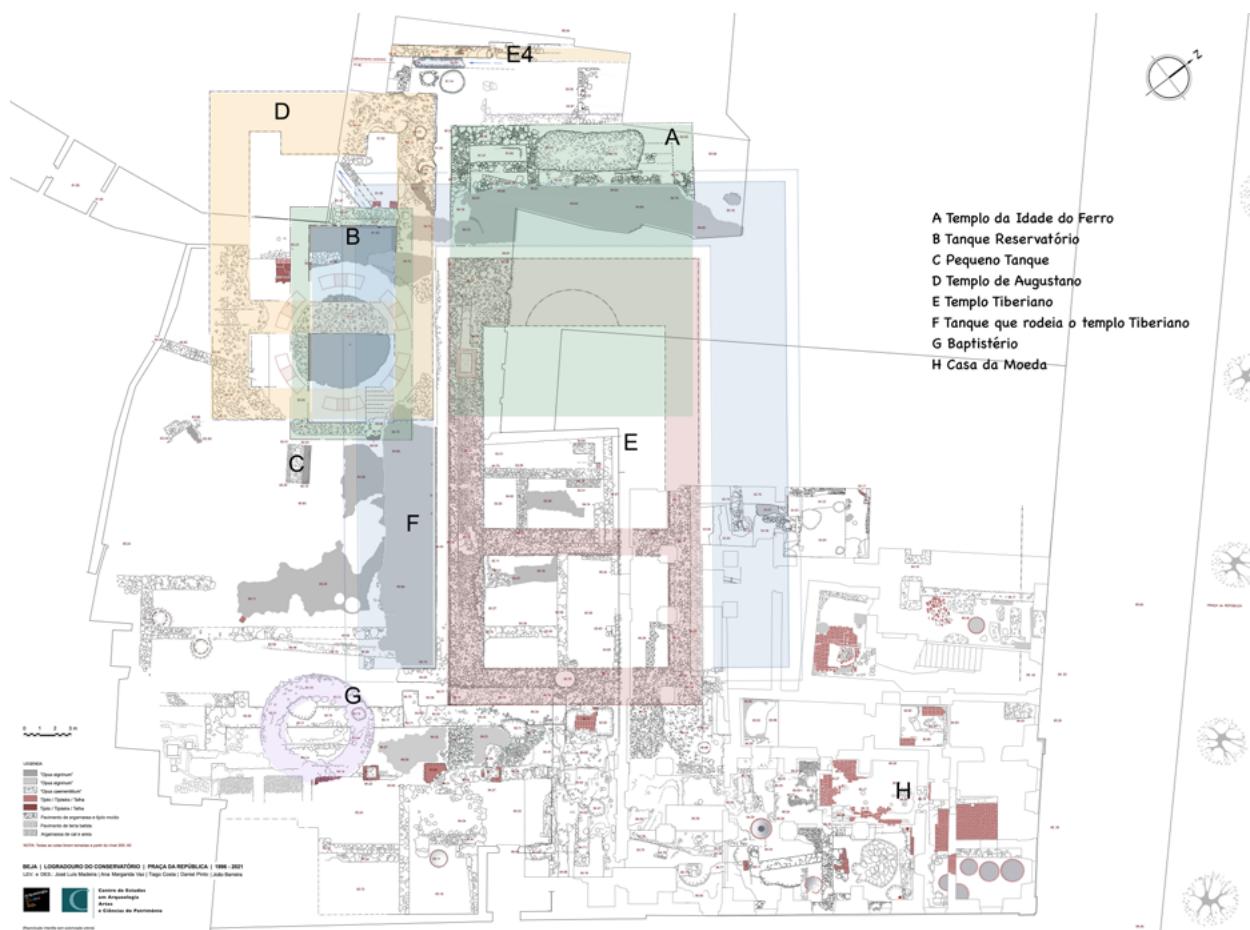


Figura 3. Edifícios destacados do *forum* de *Pax Julia*.

- 3 As escavações foram realizadas pela empresa de arqueologia Crivarque, Lda., no âmbito do acompanhamento de obras de remodelação e revalorização urbana do programa BejaPolis. Adelaide Pinto, da empresa Crivarque, nunca apresentou relatório e recusou-se a dar informações. Apenas se conhecem as informações muito resumidas publicadas por Susana Correia em “Todo o sítio tem a sua história...”, publicado no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no Programa Polis ViverBeja.
- 4 O acompanhamento das Obras de Alteração do Edifício Rua da Moeda, 12, Fracção B [Beja], da autoria de João Filipe Carvalho dos Santos, datado de maio de 2021 é paradigmático deste alheamento dos arqueólogos relativamente à produção de conhecimento para a compreensão da cidade. Num edifício, onde se propõe que esteja o traçado do pórtico do *forum* romano, o arqueólogo nem se digna integrar o seu trabalho naquele que está do outro lado da parede do edifício que acompanhou, nem mesmo integrar os achados numa planta da cidade (*in* relatório impresso com 261 páginas, consultado na DGPC, 19 de outubro de 2023).

[LOPES, 2010, 2018, 2021], avança para uma nova fase, a partir do ano de 2010.

O incêndio que ocorreu, em outubro de 2008, no edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Beja, situado junto ao logradouro do Conservatório Regional de Música do Distrito de Beja, levou o presidente da autarquia a solicitar que a escavação fosse alargada para sul, para abranger a zona ardida do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal e respetivo logradouro, com o objetivo de avaliar o potencial arqueológico da área, dado que as limpezas mecânicas dos destroços do incêndio haviam sido iniciadas sem acompanhamento arqueológico.

Os objectivos centrais da investigação tiveram o espaço de análise alargado e o projecto “Arqueologia das cidades de Beja” assentou numa prática de arqueologia urbana na qual associou trabalhos arqueológicos de acompanhamento com trabalhos arqueológicos programados, desenvolvidos por equipas pluridisciplinares, esperando alcançar com um grau de detalhe inédito a fábrica urbana — processo pelo qual a interação entre a sociedade urbana e a cidade, na sua realidade material, espaços e territórios, produz um urbano específico em constante transformação. As escavações, em articulação com a análise morfológica, rede de águas (poços, cisternas, condutas), documentos históricos e cadastrais urbanos, permitiram-nos apurar a resiliência de certos alinhamentos, a persistência de espaços de centralidade sacra e cívica e a forma como águas, percursos e dispositivos monumentais foram continuamente reinscritos na cidade, num processo que se entende no quadro do processo de “transformission des formes” definido por G. Chouquer [CHOUQUER, 2007].

De 2010 até à interrupção das campanhas em 2021 o percurso de investigação consolidou, assim, uma leitura arqueogeográfica e arqueo-

lógica de *Pax Julia*: por um lado, confirmou no território rural o perfil proposto em 2003 para a organização do mundo agrário, apesar da proliferação de intervenções preventivas; por outro, transformou profundamente o conhecimento da cidade, graças à combinação entre arqueologia urbana programada e arqueogeografia. No plano estritamente arqueológico, as campanhas realizadas entre 1997 (particularmente a partir de 2010) e 2021 no espaço do *forum*, no Castelo e noutras pontos do centro histórico permitiram seguir, com um grau de pormenor raro em cidades ocupadas, a sequência de construção urbana desde o edifício sacro da Idade do Ferro ao templo tiberiano do culto imperial, documentando fases republicanas que não tinham qualquer expressão na bibliografia anterior [LOPES, 2010, 2018, 2021] [LOPES e SIMI, 2024].

No plano metodológico, o projecto consolidou em Beja uma forma de fazer arqueologia urbana que recusa a cidade como simples “palimpsesto” e trabalha, em vez disso, com a ideia de espaço orgânico complexo e resiliente, em que permanências e mudanças se encadeiam de modo frequentemente impensado [LOPES, 2021, pp. 117–118] e, pelo que assumem, às vezes, condições extraordinárias. Esta experiência, interrompida em 2021⁵ deixou, contudo, um *corpus* de dados e um conjunto de práticas que fazem de Beja um caso de referência para o estudo das cidades antigas e das suas dinâmicas na longa duração.

Este processo conduziu à identificação de contextos estratigráficos complexos, à redefinição de cronologias e à reinterpretação de áreas-chave da cidade, em particular do espaço forense, do baptistério paleo-cristão e da casa de moeda do século XVI. A cidade deixou, assim, de ser entendida como um conjunto de achados isolados.

5 Por razões de conjuntura política local e de incompetente visão estratégica, a escavação foi interrompida. Os trabalhos recomeçaram brevemente. Entretanto a empresa NOVARQUEOLOGIA, num suposto acompanhamento para um projecto de valorização do sítio, nunca aprovado pela tutela, realizou trabalhos que incluíram a destruição de estruturas e contextos arqueológicos.

dos, passando a ser analisada como um sistema urbano em permanente transformação.

A Fábrica Urbana

Um dos contributos mais relevantes dos trabalhos recentes foi a revisão do paradigma da fundação *ex-nihilo* de *Pax Iulia*. A identificação de contextos anteriores à época augustana, incluindo um aglomerado, alterou as convicções da génese da cidade e o papel desempenhado pelo período romano-republicano.

As escavações recentes no espaço do fórum revelaram uma sequência complexa de fases construtivas e de reformulações funcionais, refletindo as dinâmicas urbanas da colónia na longa duração. Longe de constituir um espaço estático, o espaço do *forum* de *Pax Iulia* foi objeto de sucessivas intervenções. A leitura integrada dessas transformações permitiu compreender melhor o papel do *forum* na articulação da vida cívica e na afirmação da identidade urbana da colónia romana, bem como a sua relação com a malha envolvente (Figuras 1–3).

As escavações realizadas demonstraram, de forma inequívoca, que o espaço do *forum* romano de *Pax Iulia* se implanta sobre o espaço central de um aglomerado urbano da Idade do Ferro, encerrado por uma muralha de grandes dimensões datada do século IV a. C. [IGRILÓ, 2008] [LOPES, 2003, p. 69; LOPES, 2021, pp. 121–122]. Neste ponto proeminente do planalto de Beja identificouse um edifício sacro, um templo, orientado NE–SO, com cabeceira tripartida e fundações datáveis entre o final do século V e a primeira metade do século IV a. C., que continuou a desempenhar funções cultuais no contexto da cidade romana [LOPES: 2003, pp. 124–126; 2021, pp. 123–125].

As escavações de 2016 trouxeram como totalmente desconhecidas as evidências da existência de um espaço sagrado objecto de reorganização em época cesariana, o qual marcará de modo determinante a configuração posterior deste espaço da cidade [LOPES, 2024]. Este facto põe fim à discussão sobre a fundação cesariana ou

augustana e desautoriza a discussão da data de fundação celebrada com as cunhagens monetárias de *Pax Iulia*.

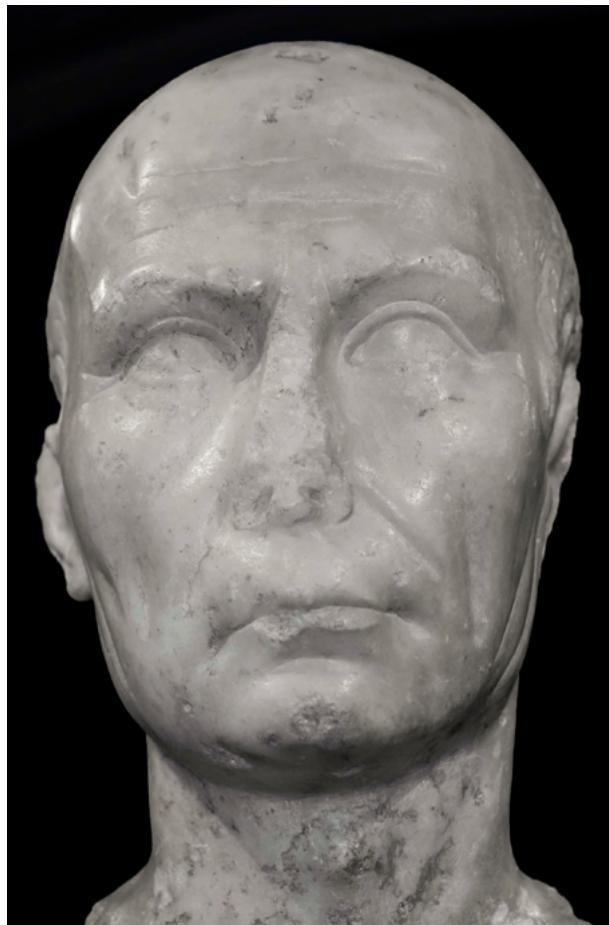


Figura 4. Cabeça de César, proveniente da muralha, em 1904.

Por meados do século I a. C., em posição paralela ao templo da Idade do Ferro, construiu-se um grande tanquereservatório rectangular, articulado com dois tanques menores, formando um complexo hidráulico monumental que se interpreta como momento de reconfiguração de um culto antigo ligado às águas subterrâneas. A associação deste conjunto ao edifício sacro préromano, bem como a sua cronologia, sugerem que a criação do recinto em período republicano se fez por integração e monumentalização de um espaço sagrado anterior, num processo comparável ao documentado noutros contextos mediterrânicos [LOPES e SIMI, 2024].

Esta leitura permite integrar *Pax Iulia* num quadro mais amplo de cidades hispânicas que se pautam por processos de adaptação e recon-

figuração em época romana, e não por criação *ex-nihilo*.

A localização do povoado de Beja, no contexto da ocupação da região do Sudoeste na II Idade do Ferro, assume características peculiares que derivam da sua posição geográfica no centro de uma paisagem aplanada, de horizontes alargados, emergindo como um pólo de centralização de acessos que asseguram a facilidade de *contactos* entre as regiões do Sado, do Guadiana, do litoral alentejano, de Sevilha e de Huelva, da região mineira de Aljustrel, da *Baeturia Celticorum* situada na bacia central e inicial do rio Ardila [BERROCAL-RANGEL, 1994, p. 199], e do litoral sul.

A leitura mais recente deste conjunto sublinhou o papel da água e do espaço sagrado como marcadores de pertença cívica ao longo de toda a história urbana de Beja [LOPES e SIMI, 2024]. A cartografia dos poços, cisternas, condutas e estruturas de captação de água reveladas na área do fórum e na sua envolvente imediata mostra a existência de um sistema hidráulico bem organizado, alimentado por aquíferos pouco profundos do planalto de Beja, activo, certamente desde a época préromana (ao menos em parte) e adaptado nas fases romana, medieval e moderna [LOPES e SIMI, 2024].

Esta persistência de formas e funções, em que estruturas hidráulicas sucessivamente reconfiguradas mantêm o lugar como centro de abastecimento, de ritualidade e de sociabilidade, permite ler o fórum como espaço de “transformissim des formes” no sentido dado por Chouquer: um mesmo dispositivo espacial que suporta, em sequência, diferentes programas simbólicos e políticos [CHOUQUER, 2013] [LOPES e SIMI, 2024].

1. Programa Augustano

Estamos hoje em condições de melhor entender a inscrição que regista a oferta de muros, torres e portas à colónia por Augusto, datada entre

3 e 2 a. C., enquanto testemunho inequívoco de um programa urbanístico de reconfiguração do aglomerado que incluiu a construção de uma nova muralha e a reorganização dos acessos [ENCARNAÇÃO, 1988, n.º 131; LOPES, 2003, pp. 119–121]. No fórum, este programa traduziu-se na desfuncionalização parcial do complexo de tanques republicano e na construção de um templo orientado NE–SO, cujas fundações conservadas indicam uma *cella* tripartida e uma clara intenção de alinhar a fachada do novo edifício com a do antigo templo préromano [LOPES, 2010, pp. 193–198; 2021, pp. 129–130].

Tal como se observa em Nîmes, onde o *augusteum* se organiza em torno da Fontaine para enquadrar um santuário indígena [GROS, 1984, 1987], também em *Pax Iulia* a criação de um recinto que integra o novo templo e o edifício ancestral aponta para uma estratégia de continuidade e reinterpretação cultual [LOPES, 2010, pp. 196–198]. A ausência de evidência estratigráfica segura para a construção do *podium* do templo augustano, bem como o enchimento que o cobre e que servirá de base ao projecto tibérico, abrem a possibilidade de que este programa tenha permanecido incompleto, hipótese que encontra paralelo na interrupção de outros fóruns augustanos na Gália [GROS, 1987; LOPES, 2021, pp. 129–131].

2. O Culto imperial

Nos primeiros anos do reinado de Tibério, iniciase uma reformulação radical do recinto forense, marcada pela construção de um grande templo hexástilo e pseudoperíptero, rodeado em três lados por um tanque em forma de U, assente em fundações com mais de 3 metros de profundidade [LOPES, 2010, pp. 189–199; 2021, pp. 130–132]. Esta nova empreitada implicou o aterro sistemático das estruturas anteriores – templo augustano, complexo hidráulico republicano e edifício da Idade do Ferro – e o alteamento da cota de circu-

lação do fórum, produzindo uma estratigrafia “invertida” que a escavação pôde documentar em detalhe [LOPES, 2010, pp. 189–193]. A configuração arquitectónica do templo, em estreito paralelo com soluções conhecidas em Évora e Luni, confirma a articulação entre culto imperial e água, integrando o tanque perimetral no mesmo projecto construtivo e não como adição posterior [HAUSCHILD e SARANTOPOULOS, 1995–1996] [LOPES, 2010, pp. 195–199].

A documentação epigráfica, que menciona um flâmine de Tibério César Augusto e um duúnviro que foi simultaneamente flâmine dos divinos imperadores, atesta o envolvimento das elites locais na celebração do culto dinástico e corrobora a leitura deste programa arquitectónico como expressão material da nova ordem políticoreligiosa [ENCARNAÇÃO, 1984, 2012; LOPES, 2021, pp. 131–132].

A extensão do fórum tiberiano, reconstruída a partir da análise das fundações e da morfo-

logia urbana, deixa a possibilidade de ser um recinto amplo que ocupava e se estendia até à Rua dos Infantes, onde se identificou nas caves do atual restaurante Os Infantes uma parede de silhares e um tambor de coluna e de onde provém o enorme capitel compósito publicados por Leonel Borrela [BORRELA, 2012], cujas dimensões excepcionais – superiores a 1 metro de altura – confirmam a monumentalidade do edifício a que pertenciam.

As cabeças monumentais de touro romanas de *Pax Iulia*, documentadas desde André de Rezende, surgem também nesta área da Rua do Touro e Rua dos Infantes. Uma cabeça de touro em mármore de Trígaches (90 x 50 x 62 cm, 700 kg), recolhida em agosto de 2005 próximo dos números 15 e 13 da Rua do Touro, a par de um capitel coríntio semelhante ao dos Infantes; duas cabeças idênticas embutidas na galeria exterior do Museu Regional Rainha D. Leonor, recolhidas da abside da demolida Igreja de S. João (orientada para a Rua do Touro); e outra cabeça em mármore branco (22 x 28 x 28,4 cm, MRB.01426) do



Figura 5. Touro encontrado na Rua do Touro, em 2005.

espólio do Museu [BORRELA, 1995, 2012]⁶ surgem como elementos que devem, pela sua localização, ser valorizados na reconstrução do *forum*.

Continuidades e reutilizações do espaço forense

As transformações associadas ao programa tiberiano não encerram, porém, a história urbana deste espaço. As escavações realizadas a partir de 2010, no quadro do projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”, permitiram, apesar dos contextos muito contaminados e bastante destruídos desde o período islâmico, reconhecer, sobre e em torno do templo do culto imperial, novas fases de ocupação que incluem um baptistério tardoantigo, estruturas islâmicas e, já em plena Época Moderna, a instalação da Casa da Moeda de Beja no edifício hoje conhecido como Casa da Moeda / Rua da Moeda [LOPES, 2011, 2020, 2024a].

A utilização deste espaço como pedreira, que serviu, como é visível para a construção da ábside da Igreja de Santa Maria e das casas da Praça de D. Manuel, praça que evoluiu paralela, no lado Este, atestam a evolução do recinto forense e mostram a importância da análise articulada da fábrica urbana – no sentido desenvolvido em trabalhos recentes sobre *Pax Iulia* – para permitir isolar, sem a empobrecer, fases da longa história da cidade e, deste modo, entender este espaço [LOPES, 2011, 2024a].

A análise arqueogeográfica do recinto forense e da sua inserção na malha intramuros mostra que o fórum ocupa a cota mais elevada da elevação onde assenta a cidade, encostado à antiga muralha e em posição excêntrica relativamente ao cruzamento do cardo e do *decumanus* definidos pelas portas de Évora e de Mértola [LOPES, 2003, 2021]. Esta localização, mais do que traduzir um “desvio” face a um suposto modelo regular,

exprime a decisão de manter no centro da vida cívica o lugar sagrado anterior, condicionando a organização do tecido urbano sem que isso interfira com a imagem de *Pax Iulia* como capital do *conventus pacensis* [LOPES, 2021, pp. 121–125].

A combinação entre estratigrafia, morfologia e epigrafia realizada nas escavações de 1997–2021 mostra que o centro monumental de *Pax Iulia* funciona, num processo de evolução, como lugar de negociação entre heranças locais, programas imperiais e práticas de pertença, revelando a singularidade da *civitas* para além dos modelos tipológicos da cidade romana.

A trajectória dos estudos sobre o fórum de *Pax Iulia* ilustra bem a mudança de paradigma que as escavações do projecto Arqueologia das Cidades de Beja imprimiu ao estudo da cidade. Até finais do século XX, o conhecimento deste espaço limitavase a menções dispersas, a interpretações hipotéticas do traçado de ruas e à leitura isolada, com destaque para achados extraordinários, como o capitel monumental da Rua dos Infantes ou as cabeças de touro. As primeiras escavações extensivas na área do Conservatório, iniciadas em 1997, permitiram, porém, pela primeira vez, articular depósitos estratificados, arquitectura e leitura morfológica, tornando possível propor uma sequência coerente de evolução – *oppidum*, fórum republicano, programa augustano, templo tiberiano – e entender a dinâmica da sua evolução, apontando transformações e transmissões.

Os trabalhos publicados nas duas últimas décadas assumem esta mudança, pois já não se limitam a descrever estruturas ou a discutir paralelos formais, mas inserem o espaço do *forum* na malha urbana da cidade actual, num enquadramento mais amplo, que abrange a história regional, os cultos, as redes viárias e a própria construção historiográfica de Beja. A articulação entre arqueologia urbana programada, arqueogeografia e crítica das leituras anteriores – tanto a nível do

6 A localização exacta e as dimensões do *forum* em época tiberiana é um trabalho ainda em construção, a qual exige um maior volume de informações e uma averiguación mais detalhada no edificado actual

urbanismo como das supostas centuriações rurais – permite, hoje, escrever uma história da forma urbana de Beja que seria impossível com a base empírica disponível em 2003.

Entre renovação urbana e estabilidade territorial

O balanço das duas últimas décadas de investigação sobre *Pax Julia* revela uma assimetria marcadamente entre o avanço notável do conhecimento sobre a cidade e a relativa estagnação na compreensão do mundo rural. No campo, a multiplicação de intervenções de salvaguarda ampliou o inventário de sítios, confirmou a importância dos casais tardoantigos e trouxe casos pontuais de grande interesse, mas não alterou de forma estrutural o modelo de organização agrária e de povoamento reconstruído no final da década de 1990 [LOPES, 2003, pp. 269–276)]. Na cidade, pelo contrário, as escavações sistemáticas e a leitura morfológica desenvolveram-se em estreita relação com problemas históricos definidos à partida, permitindo testar hipóteses, refinar cronologias e propor novas interpretações para a fundação, o estatuto e o papel regional no quadro da Lusitânia e particularmente, na Lusitânia Meridional [LOPES, 2010, 2018, 2021] [LOPES e SIMI, 2024].

Esta assimetria aponta para uma agenda de investigação muito clara, que não depende apenas da disponibilidade desigual de dados, mas reflete opções distintas de enquadramento. Ela sugere a necessidade de projetos especificamente concebidos para o território rural – e não apenas para o acompanhamento de obras –, capazes de aplicar, à escala da *civitas*, os mesmos protocolos de leitura morfo-sistémica que tão bons resultados deram na cidade.

A análise da *civitas* como um complexo híbrido de espaços, abordado do ponto de vista arqueológico e arqueogeográfico, mostrou-se particularmente fecunda, permitindo superar o modelo descriptivo e compartimentado que dominava os estudos urbanos no século XX.

Ao mesmo tempo, na escala regional, emerge o papel de *Pax Julia* como plataforma nodal entre o Sado, o Guadiana e o litoral algarvio, revelando-se como um caso exemplar de como uma cidade “média” da Lusitânia pode ser pensada em simultâneo como nó de redes regionais e espaço de construção de pertenças, dando sentido ao seu papel institucional de capital de *civitas* e de *conventus*.

O projeto de trabalhos articulando a cidade e o campo sob o mesmo olhar de longa duração surge como uma das tarefas mais urgentes para os estudos sobre o Sudoeste peninsular. Retomando os trabalhos do projeto “Arqueologia das Cidades de Beja” – um projeto onde a cidade se encontra com a sua construção e o património se projeta para o bem-estar da comunidade –, a cidade pode continuar a ver renovado o conhecimento sobre a sua fábrica urbana.

Bibliografia

- ALARCÃO, J., 1987. *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALARCÃO, J., 1988. *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ARRUDA, A. M., 2016. O touro da necrópole de Cinco Reis 8 (Beringel, Beja, Portugal). *Rivista di Studi Fenici*, 44, pp. 347-356.
- ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. de, 2016. "A Necrópole da Vinha das Caliças (Beja, Portugal)" in Javier Jiménez Ávila (ed.), *Publicaciones del Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida Serie Compacta (Compendia et Acta)* n.º 1. Mérida.
- BERROCAL-RANGEL, L., 1992. *Los pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*.
- BORELLA, L., 1995. "Igreja de S. João Baptista – II". Diário do Alentejo. Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja, 29 de Setembro.
- BORELLA, L., 2012. "Iconografia Pacense – Um arco triunfal romano entre as ruas dos Infantes e do Touro?". Diário do Alentejo, Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja, 13 de Fevereiro.
- CHOUQUER, G., 1996. *L'étude des paysages: Essais sur leurs formes et leur histoire*. Paris: Errance.
- CHOUQUER, G., 2012. *L'analyse morphologique des villes. Application à Beja (Portugal)*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.
- FARIA, A. M., 1997. "De novo em torno da fundação de Pax Iulia", *Vipasca*, 6, pp. 171-185.
- FAVORY, F., 1991. "Paysages et cadastres de l'antiquité", *DHA*, 17, 2, pp. 251-269.
- FICHES, J.-L.; VAN DER LEEUW, S., 1990. *Archaeomedes: Des oppida aux métropoles*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- GORGES, J.-G., 1990. "Villes e Villas de Lusitanie (interactions — échanges — autonomie)", *Les Villes de la Lusitanie*, pp. 91-113. Paris.
- GRILLO, C., 2008. "A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja", *Actas do III Congresso de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Novembro de 2007. Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel/ Universidad de Huelva, pp. 261-268.
- GROS P., 1984. "L'augustéum de Nîmes". In: *Revue archéologique de Narbonnaise*, Tome 17, pp. 123-134.
- HAUSCHILD, T. e SARANTOPOULOS, C., 1995-1996. *Templos romanos*. O Arqueólogo Português, pp.13-14.
- INGLOT, T., 1987. *The appropriation of nature*, Manchester.
- LAVIGNE, C., 2006. *Espaços das sociedades antigas Dinâmica das paisagens da Região de Pax Iulia – Rapport intermédiaire d' etude. (Programme européen POCI/HAR/60842/2004 dirigido por Maria Conceição Lopes)*.
- LOPES, M. C., 2003. «A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de *Pax Iulia*», *Conimbriga*, Anexos, Vol. 3. Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- LOPES, M. C., 2010. «O recinto forense de Pax Iulia (Beja)». In: T. Nogales Basarate (ed.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana. Cidade e Foro na Lusitânia Romana*. Mérida: Junta de Extremadura (*Studia Lusitana* 4).
- LOPES, M. C., 2011. "Arqueologia das Cidades de Beja". *Conimbriga*, 49, pp. 69-86.
- LOPES, M. C., 2018. "O busto de Júlio César de *Pax Iulia*. Percursos e debates em torno da fundação de *Pax Iulia*", *Arqueologia Medieval* 14, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp. 16-24, ISBN 5600322580430.

LOPES, M. C., 2018. “Arqueologia na cidade em construção”, *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, Faro, Univ. Algarve/CEAACP, pp. 322-336, ISBN978-989-8869-37-2.

LOPES, M. C., 2020. “*Pax Iulia (Beja, Portugal)*”, *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana*, In: PIZZO, A.(ed.) *El paisaje doméstico urbano de la Lusitania*, Instituto Arqueológico de Mérida, *MYTRA* 6. pp. 217-225.

LOPES, M. C., 2020. “Pax Iulia na véspera da Idade Média”. *Nakla*, 24, pp. 152-168.

LOPES, M. C., 2021. *Pax Iulia*. In: *Ciudades Romanas de Hispania*.

LOPES, M. C., 2024. “Pax Iulia. A cidade romana de Beja em período romano-republicano”. *DigitAR*, 10, pp. 144-155.

LOPES, M. C. e SIMI, F. K.B., 2024. *Water and Sacred Space as Markers of Belonging in the Forum of Pax Iulia (Beja, Portugal)* (no prelo).

MANTAS, V. G., 1990. “Teledetectação e urbanismo romano: o caso de Beja”, *Geociências*, 5, pp. 75-88.

MANTAS, V. G., 1996a. “Em torno do problema da fundação e estatuto de Pax Iulia”, *Arq. de Beja*, volume II/III, 3^a série, pp.41-62.

MANTAS, V. G., 1996b. “Teledetectação, cidade e território”, *Arq. de Beja*, volume I, 3^asérie, pp. 5-30.

VIANA, A., 1942. “Um templo romano em Beja”, *Museu*, Vol. I, pp. 200-201.

VIANA, A., 1947. “Restos de um templo romano em Beja”, *Arq. Beja*, 4, pp. 77-88.

WATTEAUX, M., 2011. Morfologia agrária e cadastros romanos na Lusitânia.: La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal). *Études rurales*, n° 188, juil.-déc. 2011, pp. 39-72.